



COMISSÃO ESPECIAL DE VETO
PARECER À PROPOSIÇÃO DE LEI N. 10, de 2022
VETO AO PROJETO DE LEI N. 22 de 2021
VOTO DO RELATOR VEREADOR HELINHO DA FARMÁCIA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n. 22/2021, de autoria da vereadora Professora Marli, que *"Institui diretrizes para a criação de escolas bilíngues em Língua Brasileira de Sinais – Libras – e língua portuguesa na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte - RME-BH."*

Apreciado pela Comissão de Legislação e Justiça, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação, com declaração de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Appreciado pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação e pertinência. Appreciado pela Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação e pertinência.

Aos 06 de julho de 2021, o projeto foi aprovado, à unanimidade pelo plenário da Câmara Municipal, em 1º turno.

No segundo turno, as emendas ao projeto tramitaram regularmente pelas comissões, sendo aprovado, definitivamente, em plenário, na forma do substitutivo nº 1, com a prejudicial do projeto e das emendas nº 2 e 3, rejeição das emendas nº 4, 5, 6, 7 e 8.

Remetido para sanção do executivo, o prefeito de Belo Horizonte vetou o projeto integralmente, por entender que o projeto é inconstitucional e contraria ao interesse público.

É o breve relatório, sobre o qual passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Nos termos do art. 126, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, compete a esta Comissão Especial a emissão de parecer sobre os motivos apresentados pelo executivo ao vetar proposição legislativa aprovada nesta casa, razão pela qual dá-se, regimentalmente, o presente parecer, sob os fundamentos que seguem.

Por meio da Mensagem nº 04/2022, o Prefeito de Belo Horizonte comunicou a esta Casa a oposição de veto total à Proposição de Lei nº 10, de 2022, que institui diretrizes para a criação de escolas bilíngues em Língua Brasileira de Sinais — Libras — e Língua Portuguesa na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte — RME-BH. Alegando haver motivos de inconstitucionalidade e de contrariedade ao interesse público.

Em relação à alegada inconstitucionalidade da proposição, o Executivo recorreu à decisão liminar do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.590/DF, em que foi deferida medida cautelar, suspendendo a eficácia do Decreto 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Por maioria dos votos, os ministros entenderam que o referido Decreto estaria violando a Constituição Federal ao tornar o que deveria ser exceção em regra, possibilitando a matrícula de estudantes em escolas e classes especializadas, antes da educação regular inclusiva. Assim, o Decreto não estaria seguindo a norma Constitucional de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Primeiramente, cabe explicitar que a referida decisão do Supremo é uma decisão liminar, de caráter precário e que não julgou o mérito da matéria em sua integralidade. Escorado nesse debate aberto, por exemplo, o Ministro Roberto Barroso, em suas razões, enfatizou a possibilidade de “revisitar o tema da educação especial de pessoas com deficiências que afetam a comunicação, e em particular no que diz respeito à educação bilíngue de surdos, no julgamento do mérito da



presente demanda”¹, quando a matéria for tratada pela corte. Nesse sentido o ministro assevera que:

Não obstante, considero relevante pontuar que existe um amplo debate a respeito da adequação das escolas bilíngues para surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Há entidades representativas da comunidade surda que sustentam que tais alunos se desenvolvem melhor nas escolas que adotam a LIBRAS como primeira língua e o Português como segunda língua, e registram a existência de estudos nesse sentido.** Existem, inclusive, entidades que sustentam que **os surdos se identificam como uma minoria linguística, de forma que as escolas bilíngues de surdos poderiam ser comparadas a escolas internacionais** (e.g. escolas americanas e francesas que funcionam no Brasil). Nesse sentido é a manifestação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS (Doc. 207), do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e, no contexto internacional, da Federação Mundial de Surdos, da Federação Mundial de Surdocegos e da International Disability Caucus (IDC) (grifos nossos)²

A posição aqui anda ao lado da percepção de que a forma de ensino adotada nessas escolas beneficiaria o aprendizado dos estudantes, o que justifica, como exceção aceita pela Constituição Federal, a existência de escolas bilíngues em Libras e Português.

O ponto de inflexão trazido pelo Supremo, ao apreciar liminarmente o mérito do Decreto 10.502/2020, pairou, não sobre a inconstitucionalidade da educação bilíngue ou da criação de escolas bilíngues, mas em torno das suas implicações no modelo de educação inclusiva, que deve ser preferencial em detrimento à educação em modelo especial.

É importante evidenciar que esta decisão não conversa com a matéria do projeto vetado em sua totalidade. Primeiramente, o conteúdo essencial do projeto é a criação de escolas bilíngues, que são classificadas como: “aquela em que a Libras e a modalidade escrita da língua portuguesa sejam utilizadas como línguas de instrução no desenvolvimento de todo o processo educativo do aluno surdo”, e a determinação das diretrizes que esse formato de educação deve seguir. Quanto à esses pontos é nítida a ausência de qualquer controvérsia de constitucionalidade, uma vez que elas não influenciam a controvérsia tratada no Supremo.

¹ Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/12/cd02b89023e333_votolrb.pdf.

² Disponível em: https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/12/cd02b89023e333_votolrb.pdf.



O problema levantado pelo Executivo se relaciona exclusivamente à disposição do art. 3º e suas possíveis implicações na dinâmica da educação inclusiva vs. educação especial. Ao trazer à disposição: “fica assegurado ao responsável legal pela educação formal do estudante surdo o direito de opção pelo ensino regular ou pela escola bilíngue durante a educação infantil e o ensino fundamental”, o trecho acaba entrando em conflito com o posicionamento precário, hoje adotado pelo STF.

Primeiramente, cabe esclarecer que as escolas bilíngues em Libras e Língua Portuguesa, conforme construído no objeto da proposição em análise, não propõe a estruturação de escolas especiais, mas sim um modelo e política educacional para o ensino regular inclusivo. O projeto onde qualquer aluno pode se matricular, tendo ou não deficiência.

Dessa forma, crianças surdas e ouvintes estariam convivendo em um mesmo espaço de aprendizagem, conforme a escolha da família do aluno que julgar que o ensino e a adaptação do estudante na escola que tem o Português como primeira Língua não se deram de forma satisfatória.

Portanto, o conceito de escola bilíngue de surdos previsto no Decreto se difere da escola bilíngue constante da Proposição, uma vez que essa aceita qualquer aluno, independente de sua condição.

A despeito disso, ainda que haja margem para mudanças de entendimento, especialmente em relação às escolas bilíngues de surdos, a eficácia do referido trecho seria prejudicada até que a questão sofresse julgamento de mérito. Nesse ponto, haveria pertinência para o veto, apenas com relação ao art. 3º do projeto, no passo em que, eventuais alterações de cenário quanto à liberdade de opção pelo ensino bilíngue estariam amparadas pelo inciso IX do art 2º do texto aprovado.

Em relação à alegada contrariedade ao interesse público, o Prefeito afirma que “a Secretaria Municipal de Educação [...] registra que a política de atendimento aos estudantes surdos nas escolas municipais garante a inclusão em classes regulares, com o necessário apoio por meio da atuação do instrutor de Libras”. Porém, essa não foi a realidade apontada a esta Casa Legislativa em Audiência Pública realizada pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo no dia 9 de dezembro de 2021.



Instrutores e tradutores relataram as dificuldades de aprendizado por parte dos alunos surdos, que muitas vezes não sabiam a Língua Brasileira de Sinais, porque não foram alfabetizados, o que impossibilita o entendimento da tradução da aula ministrada. Além disso, os vereadores da citada Comissão realizaram mais de 40 visitas às escolas municipais, encontrando uma realidade muito diferente da relatada pelo Prefeito. Foram vistos poucos alunos com deficiência frequentando as aulas e não foram identificados equipamentos, recursos didáticos e tecnologias que viabilizassem o acesso à comunicação e à informação dos alunos surdos.

A educação na classe regular, da forma como vêm sendo tocado pela Prefeitura, é incapaz de atender às necessidades educacionais do aluno surdo. Hoje, na escola regular inclusiva, o aluno surdo recebe, em média, 5 aulas de português por semana e apenas 1 de Libras. Isso não é garantir a alfabetização e tampouco o acesso ao ensino bilíngue determinado no plano municipal de ensino.

Ademais, seria um contrassenso afirmar que vai contra o interesse público uma disposição que promove o cumprimento de disposições expressas da Lei n. 10.917, de 14 de março de 2016: “[...]4.17) manter o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua no turno de matrícula e em serviço complementar para estudantes com deficiência auditiva;[...]”.

Não apenas, a educação bilíngue, ofertada por meio das escolas bilíngues na alfabetização da criança surda em Libras como primeira língua, está prevista no Plano Municipal de Educação, no Plano Estadual de Educação, no Plano Nacional de Educação, assim como na própria Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O projeto, da forma como está construído, permite, inclusive, que a prefeitura busque a implementação de um modelo de educação bilíngue integrado ao ensino regular como modalidade colateral da rede de ensino e não alternativa, o que ressalta a pertinência pública da proposição da forma como foi trazida.

Logo, nessa análise, salvo melhor juízo, entende-se que os argumentos trazidos pelo Prefeito não são suficientes para justificar o veto total à Proposição de Lei em comento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela manutenção ao Veto n° 4/2022, apenas com relação ao art. 3° da Proposição de Lei n° 10/2022, e pela sua derrubada em relação ao restante do projeto.

HELIO MEDEIROS
CORREA:915727
89620

Assinado de forma digital por HELIO
MEDEIROS CORREA:91572789620
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI
Multipla v5, ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=HELIO MEDEIROS
CORREA:91572789620
Dados: 2022.04.07 13:49:44 -03'00'

01 de abril de 2022

HELINHO DA FARMÁCIA
VEREADOR

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	07/04/2022 14:04:40 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Parecer ao veto aos PL 22_2021 - Escolas Bilíngues.pdf bfc01a69525ecef7d862d798ad
Resumo SHA256 do arquivo	06a181952d1ce2b22beec8c58ef c1ecfac6aa

▼ Assinatura por CN=HELIO MEDEIROS CORREA:***727896**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐